

# O Serviço Público Britânico

W. A. ROBSON

(Tradução de FRANCISCO PAULO MARQUES DOS SANTOS)

*O autor é conhecido advogado e professor de Direito Administrativo na Universidade de Londres. Em uma publicação intitulada "The British System of Government", descreve de maneira sucinta e clara, o mecanismo do governo inglês. Pareceu-nos ser de utilidade traduzir para a nossa língua a parte do trabalho em que descreve o Serviço Público Britânico, salientando as suas principais características. Esperamos que a sua divulgação seja proveitosa aos que se interessam pelos problemas administrativos, dando-lhes uma idéia dos princípios básicos de um serviço público que prima pela eficiência.*

O POVO britânico tem um débito incalculável para com seu Serviço Público. O débito, ademais, não se restringe à Grã-Bretanha, pois os princípios do Serviço Público desenvolvidos nessas ilhas foram adotados em muitos países de todo o mundo. As realizações na administração pública, que elevaram o padrão de vida na Inglaterra ao nível atual, não teriam sido possíveis sem a continuidade de esforços de um numeroso grupo de funcionários desinteressados, honestos e capazes. O Parlamento pode discutir, resolver, decretar, votar e conceder recursos financeiros; não pode, porém, realizar. O Gabinete pode tomar a iniciativa e controlar; não pode, contudo, executar. A execução da política depende do trabalho de centenas de milhares de anônimos servidores públicos que vão diariamente às repartições.

Um século atrás, os funcionários eram incompetentes, ignorantes e freqüentemente corruptos. Hoje são eficientes, bem informados e de elevada integridade. Como se processou essa transformação? A resposta deve ser encontrada muito compreensivamente nos esforços da Comissão do Serviço Público, ela própria composta de servidores públicos, cuja atribuição é examinar candidatos e

aprovar os que são bem sucedidos nos exames e satisfazem determinadas condições de caráter, saúde e nacionalidade. Esse é somente o primeiro passo em direção a um pessoal honesto e capaz, mas é essencial. Sem tal aprovação, uma aposentadoria não pode ser legalmente paga com os recursos financeiros autorizados pelo Parlamento, e um serviço permanente, com aposentadoria, é a base indispensável à boa administração. Mas apesar de uma carreira permanente ser vista como essencial para um serviço leal e desinteressado, o servidor público (como o Ministro) permanece no serviço somente enquanto satisfizer a Sua Magestade, e está, portanto, sujeito à demissão imediata, a qualquer momento, durante o tempo de serviço.

As principais condições de emprêgo no Serviço Público Britânico, compreendem: recrutamento por concurso público, por nomeação seguida de um exame de qualificação, por entrevista, ou por uma combinação desses métodos; limites de idade para ingresso e aposentadoria; classificação em classes ou postos; escalas de salários fixas, com aumentos regulamentados; direito de estabilidade sujeito ao bom comportamento; promoção dentro do serviço, parte pelo menos por antiguidade; férias determinadas e progressivas, em escala liberal.

Não menos importante do que essas condições formais de emprêgo é o código de conduta que o servidor deve observar. Há Leis de Atos de Corrupção e Leis de Segredos de Estado para evitar suborno e traição por meio de pesadas penas criminais. Há provisões legislativas que proíbem a políticos terem empregos pagos pela Coroa, ou a Conselheiros eleitos o serem empregados pela autoridade local. Há regulamentos que impedem os servidores públicos de se apresentarem como candidatos ou candidatas em perspectiva ao Parlamento até que tenham sido exonerados ou aposentados. Existem ordens ministeriais que restrin-

gem a participação nas eleições municipais. Em uma instrução do Tesouro é determinado que o servidor público não pôde se intrometer em controvérsias políticas ou partidárias, devendo manter reserva em tais assuntos e não tomar posição proeminentemente, seja de um lado ou de outro. Há regulamentos rígidos que tornam defeso aos funcionários o tomarem parte na gerência de empreendimentos comerciais ou industriais durante as horas de trabalho, sendo essa regra mínima suplementada por adições ministeriais, que estabelecem maiores restrições para o exercício de atividades subsidiárias durante as horas de lazer. Os servidores civis não podem pertencer a sindicatos ou associações profissionais, exceto às privativas dos servidores do Estado. Um sindicato do Serviço Público não pode ter propósitos políticos, nem se associar ou se afiliar a partido político ou a sindicato de empregados em atividades privadas.

Essas condições de emprego e esse código de conduta foram as influências básicas na modelação do Serviço Público Britânico. Produziram um corpo de administradores cuja competência, integridade e devoção ao interesse público é inquestionável; e em cuja lealdade, obediência e neutralidade o Governo do momento pôde confiar, qualquer que seja a sua côr política. Lealdade tática e neutralidade política são essenciais a um governo democrático, embora nem tôdas as nações democráticas tenham diligenciado tanto em assegurar essas qualidades em seus Serviços Públicos. Num regime autocrático, de outro modo, é usual imporem-se provas absolutas de partidarismo, pelo menos aos mais importantes funcionários; e a distinção entre o político e o administrador profissional, tão fortemente radicada na estrutura da vida pública inglesa, escassamente existe.

A espinha dorsal do Serviço Público consiste nos chamados postos do Tesouro. Êsses compreendem cerca de meia duzia de postos ou classes de funcionários, cujos membros são comumente encontrados em quase todos os grandes Ministérios. O mais importante desses postos é a classe

administrativa. Conta essa classe com cerca de 1.200 servidores e ocupa, virtualmente, tôdas as posições de contrôle do Serviço, salvo as que exigem qualificativos técnicos ou profissionais. Constitui uma espécie de "staff" administrativo geral. Perto de 3/4 de seus membros são recrutados, por um rigoroso concurso público, dentre os mais capazes dos diplomados pelas Universidades, enquanto que os restantes são promovidos de grupos ou classes subordinados.

Uma das razões por que a classe administrativa atrai homens ambiciosos e enérgicos, é que, na maior parte dos Ministérios, há um cargo de Secretário permanente (ou Sub-secretário de Estado permanente), cujo ocupante é o chefe executivo de todo o assunto do Ministério, subordinando-se, sômente, ao Ministro que dirige a pasta. Êste está normalmente ocupado com seus deveres no Parlamento, no Gabinete, ou em negociações com entidades estranhas. Por isso mesmo é o Secretário permanente necessariamente responsável perante o Ministro do Estado pelo trabalho de rotina do Ministério, tarefa essa que oferece o mais completo escopo a homens de habilidade e energia excepcionais. O que um pôsto no Gabinete é para um político principiante, um secretariado permanente é para um ambicioso servidor público: o legítimo objetivo de suas aspirações.

Mas há outro e mais sutil segrêdo do sucesso do Serviço Público Britânico: a elevada estima social em que êle é tido. Servir o Estado, bem e fielmente, é olhado na Inglaterra como uma das mais elevadas solicitações a que um homem pôde devotar a sua vida; e êsse ideal empresta tanto prestígio ao mais humilde servidor público, tanto quanto ao mais ilustre estadista. A posição social do Serviço Público é extremamente elevada e não relacionada com a sua recompensa material. Os seus padrões de honra e de conduta pública e privada são reconhecidos por seus membros e pela comunidade a que servem. O valor dessas fôrças imponderáveis para o fortalecimento da máquina governamental, dificilmente pode ser superestimado.